

DEZEMBRO 2023

jornal



Federação Nacional da Educação



TEMPOS DE **NOVOS DESAFIOS**

**INCLUI SUPLEMENTO
SOBRE O PISA 2022**



WWW.FNE.PT



ÍNDICE

3, 4

EDITORIAL

5 - 39

AÇÃO SINDICAL

40 - 42

TEM A PALAVRA

43 - 45

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

46 - 57

INTERNACIONAL

58 - 63

SAÚDE



EDITORIAL



2023: “Sopas depois de almoço”

2023 termina com a certeza que foi um ano perdido para o setor da Educação em Portugal.

Docentes e Pessoal de Apoio Educativo (PAE) não vislumbraram qualquer melhoria nas suas condições de vida e de trabalho, bem pelo contrário, continuaram a ver adiadas medidas que poderiam valorizar o seu estatuto socioprofissional.

Bem pode alegar o Ministro da Educação que foi aprovado um diploma de concursos que permitiu a vinculação de quase oito mil docentes. Bem pode propagandear o Governo que foram aprovados diplomas que permitem “acelerar” as carreiras dos docentes e do PAE. Bem pode afirmar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que foi batido o recorde de vagas de acesso ao ensino superior...

Certo é que as perspetivas de carreira dos profissionais da Educação não são positivas, sendo que muitas das medidas anunciadas com grande pompa foram não só insuficientes, como também, em alguns casos, geradoras de profundas iniquidades, que agravaram o sentimento de injustiça que perpassa pela grande maioria dos docentes e do PAE.

Professores e Educadores deram visibilidade bastante ao seu descontentamento aderindo às diferentes formas de protesto promovidas pela FNE e pelos seus sindicatos. Estando em causa várias reivindicações, designadamente a exigência de um regime de concursos justo e garante de estabilidade, um novo regime de mobilidade por doença, a eliminação das quotas na avaliação e das vagas no acesso aos 5.º e 7.º escalões, horários de trabalhos que permitam a conciliação da vida pessoal e familiar com a profissional, sendo certo que teve especial impacto mediático a exigência da recuperação do tempo de serviço congelado.

O futuro ex-Ministro da Educação vem agora admitir a possibilidade de os professores virem a recuperar o tempo de serviço congelado - seis anos, seis meses e vinte e três dias. Há um provérbio popular que se aplica perfeitamente a esta nova postura de João Costa: “sopas depois de almoço”.

Não se compreende que ao fim de tantos anos de negociações entre a FNE e o Ministério da Educação (sim, porque a reivindicação da recuperação do tempo de serviço congelado não “nasceu” em 2023, e João Costa tem responsabilidades governativas desde 2015 como Secretário de Estado da Educação, e como Ministro desde 2022), só agora, que está demissionário, venha afirmar que afinal há margem para a tão desejada e merecida recuperação do tempo de serviço congelado.

Fica a pergunta, porquê só agora? É pena! Porque muita contestação tinha sido evitada, dando lugar a uma maior paz e bem estar nas escolas.

Se 2023 foi um ano perdido para as perspetivas de valorização profissional de Docentes e PAE, aguardamos que o novo Governo possa implementar políticas educativas que verdadeiramente dignifiquem os profissionais da educação, quer do setor público, quer do setor privado e social.

2024 terá que ser o ano da mudança nas políticas educativas. O Governo que sair das próximas eleições legislativas terá que se comprometer com um investimento sério na Educação, impondo um programa político que efetivamente coloque a valorização do sistema educativo como uma prioridade nacional.

A FNE e os seus Sindicatos estarão, como sempre, disponíveis para colaborar na construção de medidas que promovam a qualidade do sistema educativo português e que valorizem os seus profissionais.

Boas Festas e que 2024 corresponda às expetativas positivas de todos os profissionais da Educação.



JOSEFA LOPES
PRESIDENTE DO SDPSul

WWW.MENSAGEMAOMINISTRO.PT



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

MENSAGEM AO MINISTRO





FNE entrega livro 'Mensagem ao Ministro' e faz balanço do 1º Período: "Foram 3 meses perdidos"

Tal como prometido em outubro, a FNE esteve presente no final do 1º período escolar no Ministério da Educação (ME), para entregar o livro que compila as cerca de mil mensagens recebidas de docentes, Pessoal de Apoio Educativo (PAE) e alunos dirigidas ao Ministro da Educação.

Numa iniciativa que reuniu ainda o Secretariado Nacional da FNE em frente ao edifício do ME, em Lisboa, Pedro Barreiros, Secretário-Geral (SG) da Federação, em conferência de imprensa no local, fez um balanço do primeiro período deste ano letivo e que agora termina.

"Faz hoje precisamente três meses que aprovámos em Secretariado Nacional da FNE, uma resolução em que identificávamos vários pontos que importava o Ministério da Educação e o governo resolver. Passado este primeiro período, nada foi resolvido. Foram, portanto, três meses perdidos. A valorização dos salários, falta de atratividade da profissão, os problemas da indisciplina, os limites do tempo de trabalho, a monodocência, questões relacionadas com a aposentação, com a mobilidade por doença e com o ensino português no estrangeiro, nada foi feito" lembrando ainda "a urgência da criação de um estatuto para o Pessoal de Apoio Educativo e de formação específica para estes trabalhadores".

Pedro Barreiros aproveitou ainda a oportunidade para divulgar junto dos jornalistas que a FNE vai solicitar reuniões a todos os partidos políticos e desafiar cada um deles para assinar duas Declarações de Compromisso pré-eleitoral: uma primeira que inclui propostas relativas à forma de recuperação do tempo de serviço congelado aos docentes. Pedro Barreiros assumiu que "esta declaração de compromisso tem por base o que temos vindo a ouvir nos últimos dias. O que parece é que há uma mudança total de leitura desta situação. É o próprio Ministro da Educação que depois de tudo o que disse ao longo destes últimos meses, vem agora referir que falta apenas vontade política para se concretizar esta recuperação. Se falta isso, então nós perguntamos se não teve essa vontade política ao longo dos últimos meses. Caso isso se tivesse concretizado, todos os protestos feitos ao longo do último ano teriam sido desnecessários. Também figuras de outros partidos têm afirmado que estão disponíveis para essa recuperação, outros a absterem-se de comentar, mas o que os professores precisam de saber é com que podem contar dos partidos políticos relativamente à recuperação do tempo de serviço".

A segunda Declaração de Compromisso é relativa ao PAE e reforça as reivindicações quanto ao estatuto, formação inicial e contínua e quanto à portaria de rácios no que concerne a estes trabalhadores, cujas funções são tão fundamentais nas escolas: "Temos um slogan que diz que os funcionários de escola também educam. Mas é necessário que estejam preparados para isso". Quanto ao tema das mobilidades o SG da FNE revelou ter a informação que a situação seria revista até ao final deste ano.

O SG lançou ainda a candidatura de MarIA Esperança Portugal, cuja cara será criada através de inteligência artificial, com a apresentação a acontecer entre 26 e 29 de janeiro de 2024. MarIA Esperança Portugal fará uma campanha eleitoral apenas ligada aos problemas da educação.







Foi também divulgada a conferência que a FNE vai realizar a 24 de janeiro, do próximo ano Dia Internacional da Educação, com o tema ligado à análise dos resultados do PISA 2022, assim como a realização de uma mesa redonda com partidos políticos, no início de fevereiro, em que a FNE dará oportunidade para apresentarem as suas propostas para a educação na próxima legislatura. Neste evento, a FNE vai apresentar as suas propostas através do Roteiro para a legislatura 2024-2028.

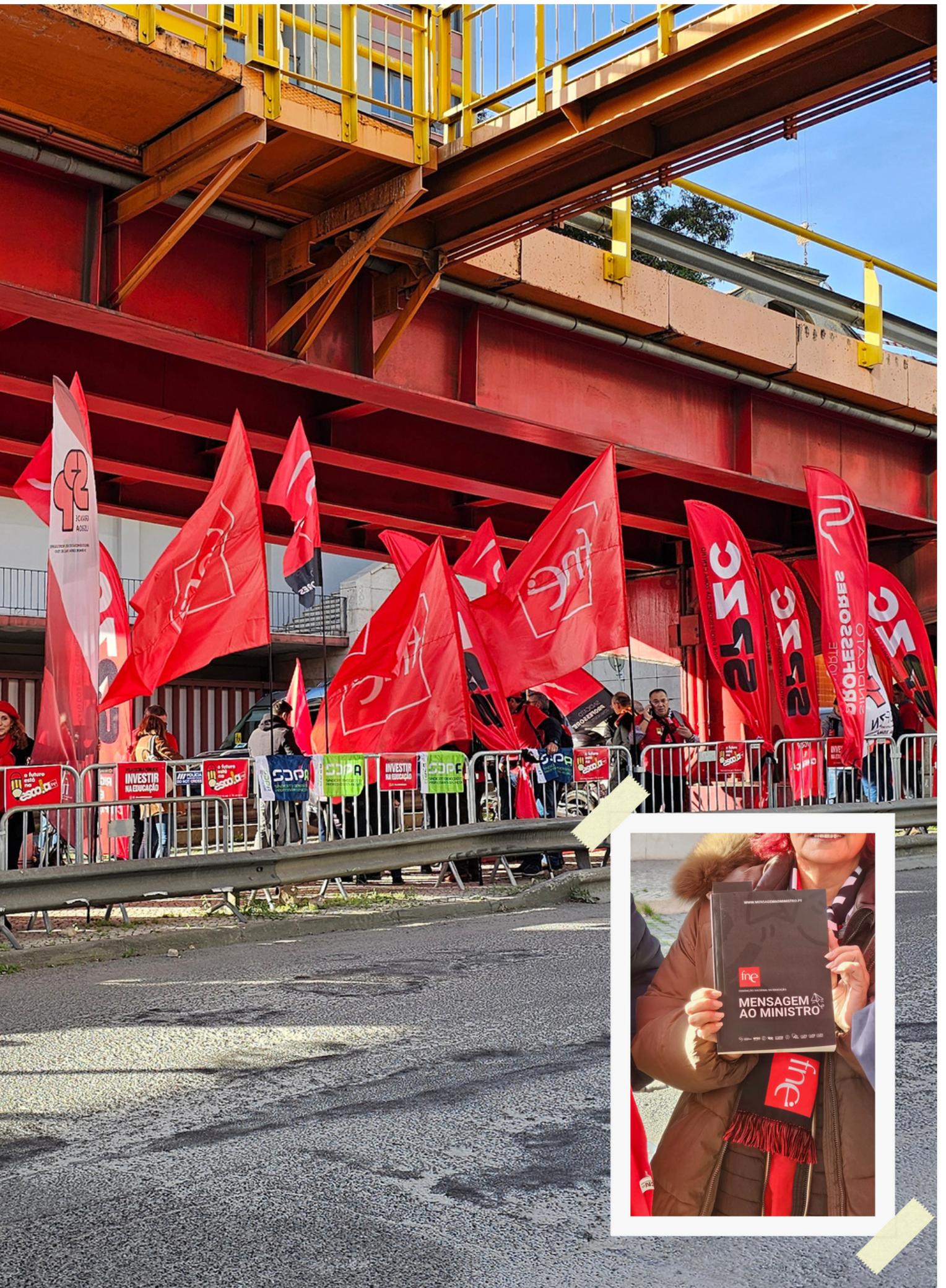
Pedro Barreiros deixou ainda na sua intervenção palavras para as redações de jornais que estão a ser afetadas por despedimentos, situação que, "passados quase 50 anos do 25 de Abril, é preocupante e pode afetar a democracia".

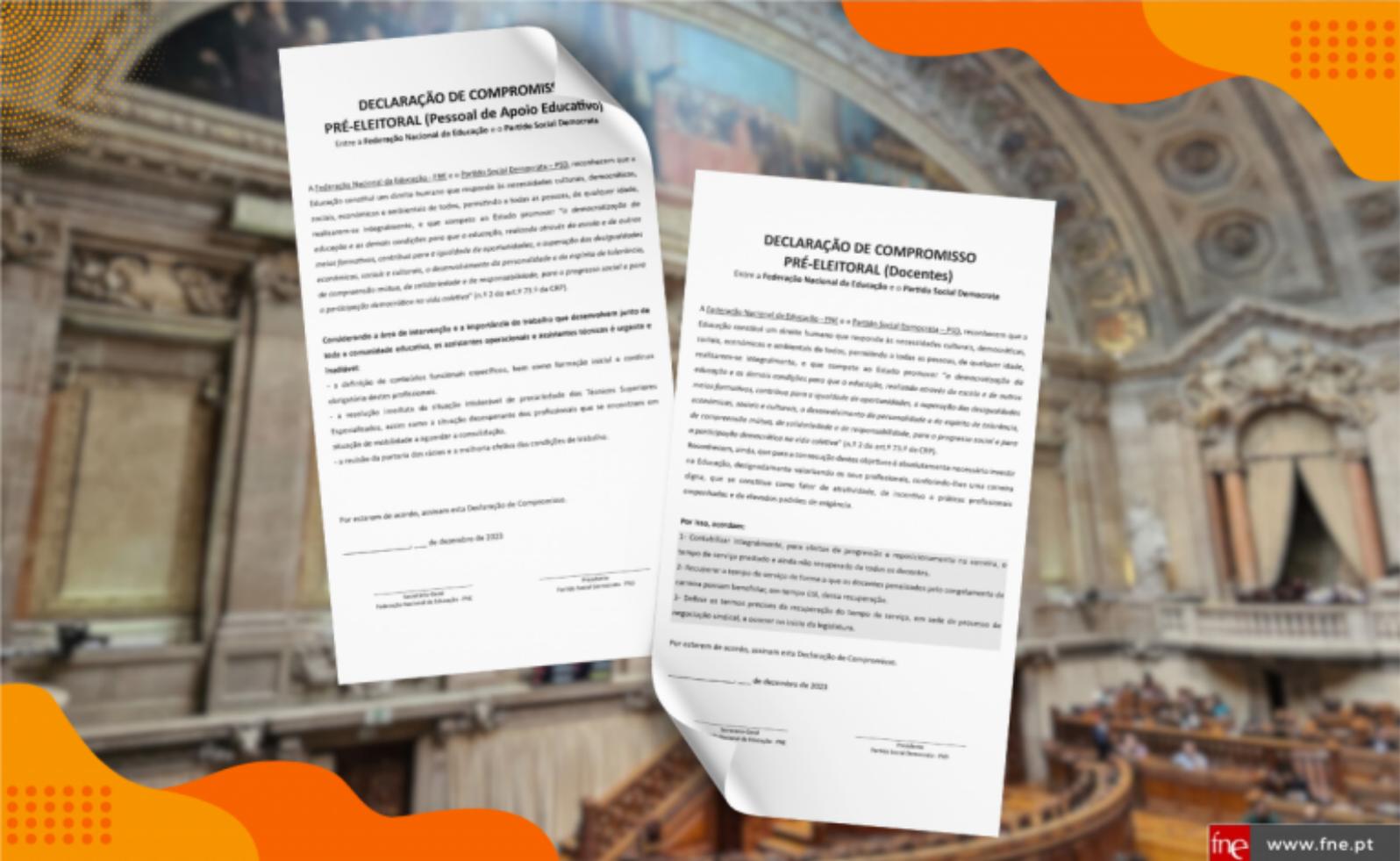
A prometida entrega do livro "Mensagem ao Ministro" aconteceu com Pedro Barreiros a ser acompanhado pelos Presidentes dos Sindicatos da FNE na deslocação ao interior do Ministério da Educação.

O chefe de gabinete do Ministro da Educação, Jorge Morais, recebeu a delegação da FNE e ouviu as razões para a realização desta ação que levaram cerca de um milhar de docentes, PAE e alunos a escrever mensagens que refletem as múltiplas insatisfações sentidas por docentes, pessoal de apoio educativo e alunos no início deste ano escolar em relação às políticas educativas deste governo e a ausência de medidas urgentes para a resolução dos problemas da educação.

A iniciativa "Mensagem ao Ministro" teve início no dia 2 de outubro de 2023, data em que se iniciou a Semana Europeia dos Professores, com a FNE a lamentar que a tutela não tivesse sido mais uma vez capaz de resolver os principais problemas do sistema educativo, o que agrava as condições de vida e de trabalho dos seus profissionais e aumenta, cada vez mais, uma política educativa que insiste na desvalorização permanente das carreiras dos profissionais da educação, colocando em risco uma educação de qualidade.







FNE desafiou Partidos Políticos para Compromisso com a Educação

A FNE apresentou aos Partidos Políticos o desafio de assinarem uma Declaração de Compromisso pré-eleitoral, relativa a matérias de Educação de Docentes e de Pessoal de Apoio Educativo (PAE), para a próxima legislatura.

Nos dois documentos enviados aos partidos, a FNE reconhece que o direito à Educação constitui um pilar humano de resposta à igualdade de oportunidades de acesso e de êxito escolar para todos os cidadãos e que compete ao Estado realizar a política de ensino, nos termos do nº 2 do Artigo 74 da Lei Constitucional.

A FNE recorda nesta proposta as famosas palavras de Nelson Mandela segundo as quais a Educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar a vida de cada pessoa e do mundo e apela a um novo contrato social relativo a matérias relacionadas com Docentes e PAE, que permita a melhoria e valorização destes profissionais e da Educação em Portugal, reafirmando ainda a necessidade urgente de investimento na Educação, garantindo a todos os seus profissionais uma carreira reconhecida e com salários dignos, que se constitua como fator de atratividade, de incentivo a práticas profissionais empenhadas e de elevados padrões de exigência.

Por isso, a FNE desafia os partidos no que respeita aos docentes a:

1 - Contabilizar integralmente, para efeitos de progressão e reposicionamento na carreira, o tempo de serviço prestado e ainda não recuperado de todos os docentes.

2 - Recuperar o tempo de serviço de forma que os docentes penalizados pelo congelamento da carreira possam beneficiar, em tempo útil, dessa recuperação.

3 - Definir os termos precisos da recuperação do tempo de serviço, em sede de processo de negociação sindical, a ocorrer no início da legislatura.

Para o Pessoal de Apoio Educativo os desafios aos partidos são:

1 - Estabelecer conteúdos funcionais específicos.

2 - Garantir formação inicial e contínua.

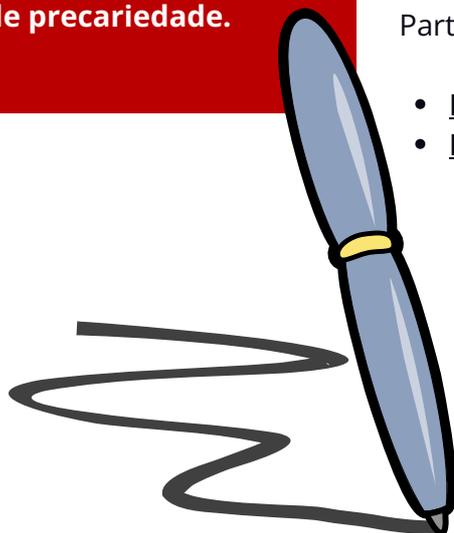
3 - Rever a Portaria de Rácios e combater todas as situações de precariedade.

O PAN - Partido Pessoas-Animais-Natureza foi o primeiro partido político a assinar o Compromisso pré-eleitoral elaborado pela FNE, relativo a matérias de educação pública, de docentes e do Pessoal de Apoio Educativo (PAE). Assinado pela líder do Partido, Inês de Sousa Real, o PAN assume assim o compromisso de na próxima legislatura lutar e apresentar soluções para um aumento de investimento na Educação, garantindo a todos os profissionais do setor uma carreira reconhecida e com salários dignos, que se constitua como fator de atratividade, de incentivo a práticas profissionais empenhadas e de elevados padrões de exigência.

A FNE aguarda então as respostas dos demais partidos que poderá ocorrer por via da devolução do documento devidamente assinado, ou através da marcação de uma reunião.

Leia aqui o documento/exemplo das Declarações de Compromisso enviadas aos Partidos Políticos

- DOCENTES
- PAE



Tribunal considerou ilegais serviços mínimos decretados para greve de docentes

Depois de declarados ilegais os serviços mínimos impostos, a pedido do ME, para dias de aulas e também para as avaliações finais dos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 10.º anos, foi divulgado novo Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL) que declarou ilegais os serviços mínimos impostos à greve e às avaliações sumativas finais dos anos com provas finais ou exames (9.º, 11.º e 12.º anos). O Acórdão foi aprovado a 22 de novembro de 2023, tendo sido enviado no final de novembro às organizações sindicais de docentes que tinham convocado aquela greve.

"Recorda-se que o recurso a serviços mínimos ilegais foi prática do Ministério da Educação para esvaziar as greves dos professores ao longo de 2023. Em relação às avaliações finais de todos os anos de escolaridade, os serviços mínimos requeridos foram além do que a própria lei estabelece, tendo os colégios arbitrários decidido sempre em função da pretensão do ME, numa aparente prova de falta de independência em relação ao poder político. Na maior parte das vezes esse esvaziamento não aconteceu, contudo, no que concerne às avaliações finais, os professores foram mesmo impedidos de fazer greve, sob ameaça de instauração de processos disciplinares" afirmaram os nove sindicatos em convergência através de comunicado conjunto.

"Prova-se assim, infelizmente tardiamente, que os responsáveis do Ministério da Educação recorreram a expedientes ilegais e antidemocráticos, acrescentando-se, para tentarem inviabilizar a luta dos professores. Apesar de terem conseguido esvaziar uma ou outra greve, não conseguiram pôr em causa uma luta que prossegue" garantiram.





Suspensão de reinscrição na CGA

Queixa na Provedoria de Justiça e pedido de reunião urgente com Ministério do Trabalho

A FNE fez chegar à Provedoria de Justiça uma queixa relativa à desproteção social dos associados dos Sindicatos membros da FNE, que exercem funções nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e nas Regiões Autónomas, criada pela suspensão dos efeitos previstos no Ofício Circular nº 1/2023 da Caixa Geral de Aposentações (CGA).

No documento é requerido que a Provedoria de Justiça dirija, aos órgãos competentes, as recomendações necessárias para a salvaguarda dos seus direitos, bem como de outros professores em situação análoga, prevenindo a persistência desta situação lesiva.

Um dia depois desta queixa, a FNE avançou com um pedido de reunião urgente com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social também para procura de soluções para esta matéria.

Relembre-se que após decisão judicial, os docentes voltaram a ter possibilidade de reingressar na CGA, depois de terem sido retirados pelo Governo. Mas este regresso foi, entretanto, suspenso, deixando os docentes sem direito a baixa médica ou apoios sociais.

Este é um problema criado pelo Estado e a FNE considera que esta situação, para além de configurar um desrespeito pelas normas legais em vigor, bem como sobre a jurisprudência consolidada dos tribunais administrativos superiores no que concerne ao direito de reinscrição na CGA, representa também uma violação do princípio da igualdade consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), assim como do princípio da boa fé prescrito no Código do Procedimento Administrativo (CPA), uma vez que, para situações idênticas, acontecem tratamentos distintos sem qualquer fundamento.

Urge então resolver esta situação. A FNE com esta queixa à Provedoria de Justiça e a solicitação do encontro com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, procura caminhos para criar soluções e respostas para a resolução desta situação, de forma a salvaguardar a proteção social e o direito à reinscrição na Caixa Geral de Aposentações de todos os profissionais da educação afetados por esta situação.

FNE vai ter candidata virtual nas eleições legislativas

A FNE avançou a 6 de dezembro com a divulgação da apresentação de uma candidata virtual às próximas eleições legislativas, a realizar a 10 de março de 2024.

Maria Esperança Portugal será a candidata da FNE numas eleições em que se espera que o novo Primeiro-Ministro dali eleito, cuide e trate a educação da forma que todos os profissionais deste setor o merecem.

A Comissão Executiva da FNE reuniu e traçou então os primeiros planos e decisões sobre a candidata da FNE, cuja cara será criada através de Inteligência Artificial, com todos os pormenores a serem revelados publicamente em Conferência de Imprensa a agendar para o mês de janeiro de 2024.

A Esperança que Maria carrega no nome será criada de forma artificial, mas as dificuldades que os professores e pessoal de apoio educativo vivem há anos no seu dia-a-dia é bem real. Esperança em melhores salários, melhores condições de trabalho, melhores recursos, mais e melhor formação, recuperação de tempo de serviço, mais tempo para a vida pessoal, menos burocracia, mais justiça na mobilidade por doença, entre muitas outras matérias que afetam há várias legislaturas a educação em Portugal.

Esta candidatura de Maria Esperança Portugal, tem o propósito de lutar pela qualidade da educação, reconhecendo-a como o pilar de uma sociedade mais justa e informada.

A campanha que a FNE irá apresentar não é apenas de Maria Esperança, mas sim de todos que reconhecem a importância de uma educação que proporcione o desenvolvimento integral das nossas crianças e jovens.

Maria Esperança Portugal sabe que nesta campanha eleitoral, junto com todos, é possível construir um futuro melhor através da educação. É isso que a move nesta luta, conforta e não a deixa desistir de acreditar e de ter esperança que o futuro está na escola e em todos os que nela trabalham.





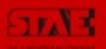
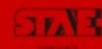
o futuro
está
na



escola

PARA MELHOR EDUCAÇÃO

Tratem bem os que cá estão!





Desonestidades e desinformação na entrevista do primeiro-ministro sobre educação

A 11 de dezembro, o Primeiro-Ministro António Costa concedeu uma entrevista à TVI/CNN em que falou sobre a Educação, porém, o seu discurso ficou marcado por uma série de distorções, falsidades e pura desresponsabilização. A FNE, através de um comunicado enviado às redações, mostrou o seu descontentamento com muitas das intervenções do Primeiro-Ministro relativamente a algumas matérias:

Falsas alegações sobre monodocência

Um dos pontos abordados foi a suposta falta de interesse e disponibilidade dos sindicatos em negociar condições específicas para os docentes em monodocência (educadores de infância e professores do 1º Ciclo). Contudo, é imperativo esclarecer que nunca houve uma proposta formal nesse sentido. O que foi comunicado aos sindicatos foi apenas uma ideia, inclusive com um texto que foi divulgado à imprensa, mas posteriormente retirado devido a diferenças em relação ao esboço apresentado no final de uma reunião, em que se trataram outras matérias.

Portanto, o assunto nunca foi efetivamente levado à mesa de negociações, apesar do que António Costa insinuou. Sugerimos ao Primeiro-Ministro que torne pública a convocatória e a proposta negocial, que diz ter sido apresentada aos sindicatos sobre a alteração do regime de Monodocência, ou que explique o mal-entendido que eventualmente possa ter sido criado no Conselho de Ministros.

Ou o Ministro da Educação lhe disse ter feito algo que não fez (negociação sobre esta matéria), e nesse caso terá de se esclarecer com ele, ou deverá assumir publicamente que as afirmações produzidas não correspondem à verdade.



Recuperação do Tempo de Serviço: Contradições e Teimosias

Quanto à recuperação do tempo de serviço, novamente foram proferidas inverdades. O Ministro da Educação, João Costa, mencionou em diversas oportunidades um valor de aproximadamente 311 milhões de euros anuais para essa recuperação, um montante plenamente sustentável pelo orçamento do Estado. Surpreendentemente, António Costa persistiu em bloquear essa possibilidade.

Na entrevista, o Primeiro-Ministro afirmou que os sindicatos "se acantonaram" nesta luta, ignorando o fato de que a frustração resulta, em grande parte, da postura inflexível do governo. Importa perceber qual o nível de confiança que o Primeiro-Ministro tem no seu Ministro da Educação, depois das declarações prestadas pelo último, quando afirmou como legítimas e justas as reivindicações dos professores e educadores sobre esta matéria e que a recuperação do tempo de serviço deverá ocorrer desde que haja vontade governativa.

Fica claro onde está a falta de vontade e a teimosia que a FNE desde sempre denunciou, bem como a contradição entre as duas personalidades em causa. A FNE reafirma ter apresentado diversas propostas ao longo da legislatura, abrangendo não apenas a recuperação do tempo congelado, mas também questões como eliminação da burocracia, modelo de concursos, mobilidade por doença, combate à precariedade, ensino português no estrangeiro, carreiras especiais e necessidade de formação específica dos trabalhadores não docentes, entre outras.



Omissões da UTAO: Propaganda ou Realidade?

Já hoje fomos confrontados com uma notícia do jornal “Público” em que a UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) considera não ter meios para avaliar o custo da devolução dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço aos professores. A FNE observou as declarações de um dos candidatos à liderança do PS que assumia ser a favor da negociação da recuperação do tempo congelado, mas que se iria apoiar na UTAO para alcançar o número e a forma de o fazer, assim como o pedido do PSD para esta instituição realizar um estudo sobre o tema.

Não podemos deixar de manifestar a nossa perplexidade sobre o facto de um possível candidato a Primeiro-Ministro, outrora Ministro do atual Governo (em gestão) ter sido parte das decisões e ter votado contra a recuperação desse tempo de serviço, o ter feito sem a informação dos custos em causa.

Assim, fica evidente que o que sempre esteve em causa não foram critérios orçamentais, mas sim opções meramente políticas que contribuíram para a degradação do sistema público de ensino, da qualidade das aprendizagens, dos resultados escolares dos nossos alunos, da falta de condições de trabalho digno e desvalorização da Carreira Docente. Agora somos confrontados com este bloqueio, que funcionará como desculpa ou desresponsabilização política, o que nos leva a colocar a hipótese de estarmos apenas perante uma bandeira de propaganda eleitoral, que poderá resultar numa mão cheia de nada para os professores, depois das eleições do dia dez de março de 2024.

A FNE vai manter-se atenta, vigilante e atuante, junto com os seus sindicatos e trabalhadores que representa, fazendo chegar à tutela e aos partidos políticos, as suas propostas, soluções e ideias para que se alcancem respostas urgentes para as várias matérias a necessitar de negociação. Porque o futuro está na Escola e Portugal tem de ter Esperança.





2023

O ano em imagens

2023 foi um ano repleto de desafios e mudanças para a FNE. Um ano com várias negociações de sucesso, outras que não deram o resultado que os profissionais da educação e a FNE ambicionam, mas sempre com a busca pela valorização e melhorias das condições de trabalho de docentes e pessoal de apoio educativo. Recordamos aqui em imagens alguns dos destaques mais importantes de cada mês de um 2023 que teve muitos mais momentos que, apesar de não aparecerem nestas páginas, ficam na luta diária de todos por uma educação melhor.

Janeiro



Conferência de imprensa para denunciar problemas da falta de valorização e atratividade da carreira docente

Reunião negocial sobre modelo de recrutamento



Reunião com UGT para apresentação, balanço e clarificação da diversidade de áreas em que a FNE estava a intervir



Fevereiro

11 fevereiro | Aconteceu em Lisboa o maior protesto de sempre de professores e novas formas de luta apresentadas



Semana de Luto e Luta

Ucrânia - um ano depois



Março



Acordo de revisão do CCT das Mutualidades e primeiro CCT para as Misericórdias Portuguesas



Bandeira "Querem melhorar a educação? Tratem bem os que cá estão" iniciou a viagem pelas escolas de todo o país



Manifestações de Professores em Lisboa e Porto a 4 de março



Abril



Concentração em Évora bandeira "Querem melhorar a educação? Tratem bem os que cá estão"

Entrega da bandeira "Querem melhorar a educação? Tratem bem os que cá estão" na Residência Oficial do Primeiro-Ministro, em Lisboa



Reunião no ME com concentração de Professores em frente ao edifício do Ministério

Maio

O regresso das celebrações do 1º maio da UGT à rua contou com a presença da FNE



Reunião com Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior para apresentação e discussão do mecanismo de apoio à contratação por tempo indeterminado de doutorados para carreiras de investigação científica e docente



Conferência da IE em Aveiro integrada nas celebrações do Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo



XIII Congresso da FNE, reunido em Aveiro, elegeu Pedro Barreiros como novo Secretário-Geral, sucedendo a João Dias da Silva



Junho



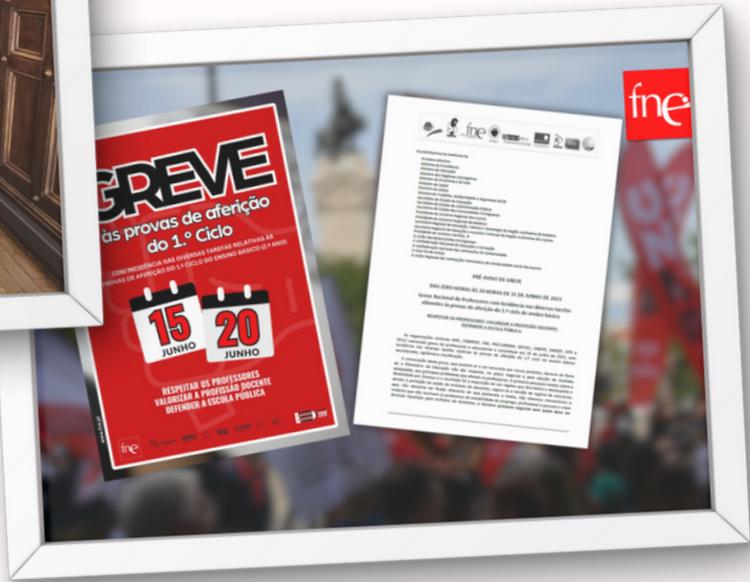
Manifestações de docentes no Porto e Lisboa a 6 de junho



Reuniões de apresentação aos partidos políticos do Plano de Ação sindical da FNE para os próximos quatro anos



Greves às provas de aferição do 1º ciclo



Julho



Concentração em frente ao ME pela alteração do regime da Mobilidade por Doença

Consulta Nacional a Docentes para avaliação do ano letivo e Conferência de Imprensa de balanço do ano letivo



SN E CG da FNE reuniram no Luso para balanço do ano escolar 2022-2023



Agosto

Carta aberta de Pedro Barreiros, SG da FNE, por ocasião dos primeiros 100 dias na liderança da FNE



Proposta da FNE de Acordo de Princípios para a Definição dos Requisitos de Formação Científica para Seleção de Docentes Titulares de Cursos Pós-Bolonha

Apresentação do calendário de iniciativas para a abertura do novo ano escolar



Setembro

Falecimento de Manuela Teixeira, a primeira Secretária-Geral da FNE. Assembleia da República votou por unanimidade voto de pesar



Inauguração do outdoor IP6623 em Penacova

Iniciativa "Educação para o ambiente" com limpeza da Praia da Morena, na Costa da Caparica e webinar sobre a limpeza dos oceanos



Início da campanha "O Futuro está na escola"

Outubro

Concentração de docentes junto ao Palácio de S.Bento para entrega de uma Moção sobre a falta de valorização e de reconhecimento pela carreira docente



Início da campanha "mensagemaoministro.pt"



Greve Nacional de Professores a 6 de outubro



Celebrações do Dia Mundial do Professor 2023 que contaram com um concerto de Miguel Tela, no Porto



Reunião de negociação relativo ao regime jurídico de habilitação profissional para a docência



Novembro

Consulta Nacional ao Pessoal de Apoio Educativo sobre abertura do ano letivo



Celebração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente 2023, em Castelo Branco



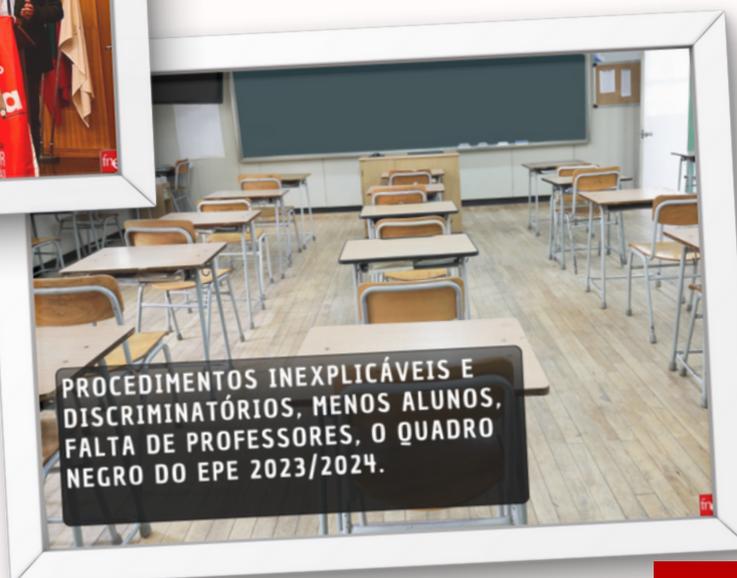
Fórum FNE 2023, no Porto



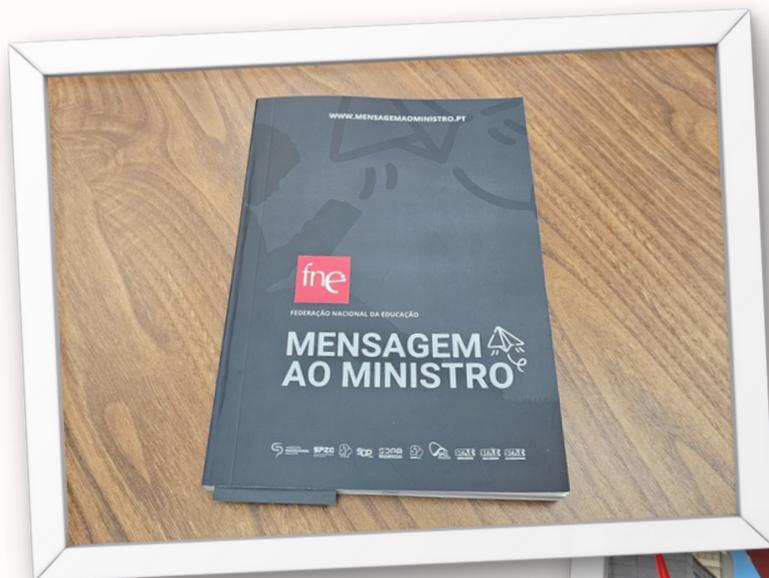
Plenário de Professores em Coimbra, organizado pelo SPZC/FNE



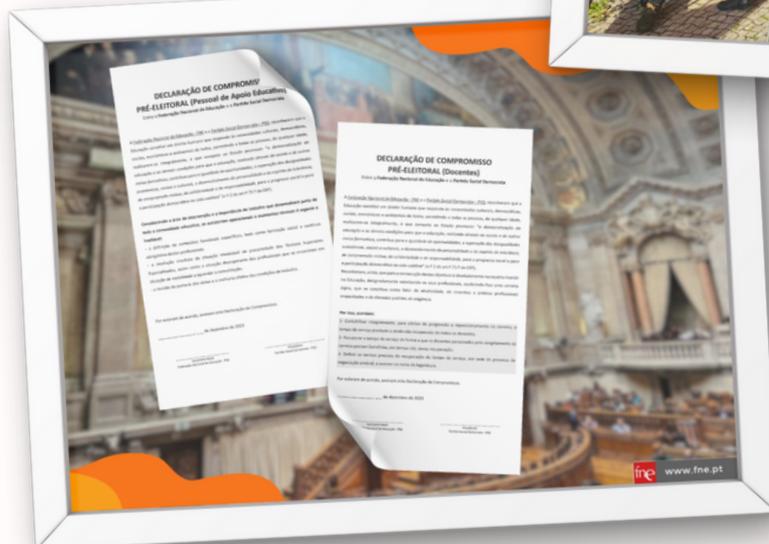
EPE - FNE alertou que alunos portugueses no estrangeiro continuam a ser discriminados e Professores ignorados



Dezembro



Entrega do livro "Mensagem ao Ministro" a João Costa, com cerca de mil reivindicações de trabalhadores da educação e alunos



Entrega de declaração de compromisso para a Educação aos partidos

o 10^o Era uma vez... De maio 2024



Concurso

"Era Uma Vez... o 1º de Maio" Tema 2024: Ser Professor com a "casa às costas"



3º ESCALÃO 2022 | 1º LUGAR - FÁTIMA MARTINS,
AE DR. GINESTAL MACHADO - SANTARÉM

A Federação Nacional da Educação - FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2024 do Concurso **"Era Uma Vez... o 1º de Maio"**, desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano **"Ser Professor com a casa às costas"**.

A iniciativa, que registou ao longo das suas sucessivas edições a participação de milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O regulamento do concurso pode ser consultado brevemente na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

O prazo de entrega dos trabalhos termina no dia 10 de abril de 2024.

A **divulgação dos resultados** ocorrerá a 24 de abril de 2024 na página de internet da FNE em www.fne.pt

Os trabalhos vencedores serão expostos no dia 1 de maio de 2024, no local em que a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.

O Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" da FNE ocorreu em maio de 2003.

Regulamento do Concurso

Objetivos

- Compreender o dia 1º de Maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de Maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso destina-se a alunos e docentes distribuídos pelos seguintes escalões:

1º escalão - Educação para a Infância (Pintura e/ou colagem)

2º escalão - 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico (Pintura)

3º escalão - 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário (Pintura)

4º escalão - Educadores e Professores (Pintura)

Prazos

O **prazo de entrega** dos trabalhos termina no dia 10 de abril de 2024.

A **divulgação dos resultados** ocorrerá a 24 de abril de 2024 na página de internet da FNE em www.fne.pt

Entrega de Trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para a sede da FNE no Porto (Rua Pereira Reis, 399, 4200-448 Porto).

(apenas serão avaliados os trabalhos recebidos até ao dia 10 de abril de 2024)

Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor(a) de Educação Visual



1º ESCALÃO 2022 | 1º LUGAR - JI DE FIGUEIRAS, LOUSADA – SALA 1 E 2

Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 24 de abril de 2024 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada um dos escalões, na página de internet da FNE em www.fne.pt.

Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no dia 1 de maio de 2024, no local em que a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.

Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e redes sociais da FNE e da AFJET.



2º ESCALÃO 2022 | 1º LUGAR - JARDIM ESCOLA
JOÃO DE DEUS, BELAS - LISBOA - TURMA DO 2º ANO

Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2024.

Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

- 1.º Prémio – Tablet*
- 2.º Prémio – Máquina fotográfica*
- 3.º Prémio – Livros / Jogos didáticos*

* Os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor

Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da FNE.





Eis a ESCOLA, Inquietudes

A dimensão da temática educação é tal que a INQUIETAÇÃO é realmente um problema diário com que os intervenientes do processo educativo se deparam em permanência, não bastando recorrer aos instrumentos e suportes disciplinares de trabalho existentes, para sentir que o processo terá efetivamente como resultado o sucesso.

Tem de haver mudança, mas em permanência. Será que com uma efetiva autonomia dos intervenientes, na comunidade escolar, em particular dos professores, permitindo romper com os modelos tradicionais, poderá acontecer?

Para mim, refletir essa mesma inquietação, leva-me a afirmar que temos de nos deixar de terminologias que se ajustam conjunturalmente e conceitualidades, devendo atribuir responsabilidades a quem trabalha na referência e que investiga, mas que apresenta os SEUS resultados, sugerindo caminhos e soluções que, no entanto, a imprevisibilidade com que os professores lidam quotidianamente as arrasam, pois esse conflito não é só por si Inovação?

Há um fator cuja intemporalidade se mantém que é o "ALUNO" e que tem de ser o ator principal... não somos todos nós intemporalmente ALUNOS?

Certamente, nos tempos atuais se reclama a Recuperação de Aprendizagens... e POTENCIAR, todo o processo, os recursos, seguindo orientações, recomendações e pareceres de uma panóplia de instituições, entidades, organizações, mesmo políticas, no entanto não serão essas mesmas adversidades e obstáculos "Potenciados" pela conjuntura atual, por si só "Potenciadores" de capacidade de superação, bem como de competências que se "Auto Potenciam" coletiva e individualmente?

Coloco a questão: não será este o cenário para maior autonomia no processo educativo?

Nos dias que correm é tudo sugestionado para o elevar à excelência, subindo os padrões/ critérios e assumindo o definir de objetivos como tangíveis? Será que o são? Será desejável esse atingimento? Porque se definem determinadas metas em detrimento de outras que deixaram de ser questionáveis, onde o materializar de resultados refletirão as necessidades, onde o processo educativo deveria moldar, ajustar e transformar, fortalecendo a sua verdadeira função?

Enredados entre tantos estudos... investigações... pensamentos e pensantes... podemos estar a esquecer o coletivo, o humano e os elementos diferenciadores e congregadores, seja o sentimento, a empatia, o equilíbrio emocional e uma vida melhor entre todos...

As universidades, centros de pensamento crítico, de conhecimento e permanente mutação, desempenham ou não a sua função de construir e fornecer ferramentas para o exercício da nobre "MISSÃO" / "Profissão Docente", induzindo à efetiva autonomia construtiva e crítica, mas isenta?

Nunca se pode subscrever algo que alguém referiu "aprender e estar calado" ... isso não, jamais e em tempo algum...

Partilhar e aproximar é a solução...

Passadas três décadas de desempenho profissional e a esta distância, nunca tive a ESCOLA como um mero edifício de betão, com grades e limites físicos, mas algo que é difícil mensurar, transpondo para resultados físicos, em metas definidas... a ética, a empatia, a afetividade e a colaboração, que mesclando com o sentimento sempre se traduziu numa partilha para a construção de caminhos comuns.

Será que não é urgente a necessidade de reduzir/ajustar a carga horária dos currícula, formais e dirigidos para a mera transmissão de conhecimento e Ampliar/Ajustar espaços contemplativos das Artes, da Atividade Física e do Desporto, entre outras formas de envolvimento e convívio com toda a comunidade escolar particularizando os alunos?

A amálgama deste tempo, daquele que passou e do que virá, não será a afirmação, intromissão da tão difundida Inteligência Artificial (reconhecendo a digitalização e o uso de plataformas como meios auxiliares/complementares) e as consequências que se irão refletir no plano escolar? Humanoides!!!!

Vivemos de facto um momento extraordinário e de reflexão, onde ilustres pensadores do “eduquês” nos colocam/afloram várias temáticas, desde a formação de professores à tecnologia com que querem bombardeá-los e a sua evolução, entre tantos projetos escolares; definitivamente o futuro coloca-se desafiante, mas estou certo de que mais uma vez seremos capazes e com resiliência suficiente para responder de forma competente e à altura dos desafios, apesar de algum cansaço, reflexo da falta de reconhecimento e porque não dizê-lo de forma assumida o envelhecimento da classe docente... e mesmo de agradecimento...

Em suma, urge confrontar opiniões e ampliar informação e conhecimentos, no sentido da atualização, da sugestão e indício de caminhos, com temas, conteúdos e inquietudes para os quais por vezes estamos adormecidos...tentam adormecer-nos...INQUIETEMO-NOS...

Joaquim Octávio Cunha
SPZN



CONFERÊNCIA

24 JAN 2024 | 14H30-18H00

LISBOA | HOTEL BARCELONA



Dia Internacional da Educação

A EDUCAÇÃO DE QUE PRECISAMOS

Refletir o PISA 2022 e as políticas de educação e formação para o futuro

* *Anabela Serrão* | IAVE

* *Domingos Lopes* | IEFP

* *Margarida Mano* | Universidade Católica





Carta ao Ministro da Educação

Exmo. Senhor Ministro da Educação:

O Senhor Ministro ainda se lembra daqueles funcionários públicos que existem nas escolas e a quem chamam de Pessoal Não Docente? Temos dúvida!

Os profissionais da educação não docentes são indispensáveis ao processo educativo e ao sucesso deste.

Mas considera que este pessoal está feliz nas escolas!?

Alguém decidiu por eles que iriam passar para as autarquias. Esta mudança poderá ter trazido consigo alguns benefícios, mas na nossa opinião as perdas foram maiores que os ganhos. Perdemos a nossa identidade. Há muita gente que não se conforma com esta decisão política.

Consideramos que relativamente ao pessoal não docente urge denominá-los como **Pessoal de Apoio Educativo**. Esta correção de designação será fundamental como salvaguarda para todas as tentações inerentes ao processo da municipalização e para a dignificação desta carreira. Estes profissionais são elementos fundamentais na relação com as comunidades escolares e educativas e na humanização das escolas, dada a sua maior proximidade com os alunos e os seus problemas e vivências sociais e familiares.



Recorde-se que os nossos sonhos, e que eram muitos, estão ameaçados, mas não podemos perder esta oportunidade para lembrar que ainda temos a esperança que os analise e diligencie na satisfação de alguns, nomeadamente:

- 1 . A criação de um estatuto próprio do Pessoal de Apoio Educativo, tendo em vista a criação de Carreiras especiais, com conteúdos funcionais, perfis de competência e referenciais de formação bem definidos que permitam uma melhoria das condições de trabalho e que salvaguardem o direito à promoção e progressão;
2. A reformulação da organização do tempo de trabalho de forma que seja possível conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar, contribuindo para a realização pessoal, profissional e para a motivação e autoestima dos trabalhadores;
3. Determinação com precisão dos mapas de pessoal das escolas e agrupamentos, com indicação dos postos de trabalho necessários, em função do cargo ou da carreira e categoria; integrando técnicos superiores, em quantidade e variedade, de acordo com as respetivas necessidades, nomeadamente, entre outros: Juristas, Psicólogos, Enfermeiros, Assistentes Sociais e Educadores Sociais;
4. Definição dos mecanismos de mobilidade interna;
5. Que se respeite a aplicação da legislação da avaliação de desempenho a partir da revisão do SIADAP, nomeadamente eliminando as cotas e proporcionando a justa valorização do Pessoal de Apoio Educativo;

6. É fundamental que se disponibilize formação em horário laboral, com a criação de referenciais de formação inicial e contínua, não só para a aquisição de saberes, competências e capacidades indispensáveis para iniciar o exercício qualificado para o desempenho de funções dentro das unidades escolares, mas também na sua vertente de continuidade para aprofundar competências profissionais e relacionais, aquisição de saberes numa dada área ou função específicas, tendo em vista o exercício das atividades profissionais e uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais;

7. A formação do Pessoal de Apoio Educativo deve passar a integrar questões relativas ao stress, ao assédio e à violência no trabalho, higiene e segurança no trabalho, gestão de conflitos, trabalho em equipa e necessidades educativas especiais;

8. A colocação de técnicos superiores nos serviços de administração escolar e nos serviços técnicos e técnico-pedagógicos das escolas;

9. A regularização de todos os vínculos precários (Técnicos Superiores; Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais);

10. Criação de equipas junto dos Municípios, para acompanhar o processo de Transferência de Competências.

Temos a esperança que tenha lido esta mensagem até ao final, para que possa refletir e valorizar este Pessoal, com a melhoria das suas carreiras e condições de trabalho.

Ainda acreditamos que somos extremamente importantes e imprescindíveis nas escolas e que o Senhor Ministro nos dará o devido valor!

É urgente a necessidade de carreiras especiais que promovam a dignificação profissional dos não docentes e as suas condições de trabalho, contribuindo assim para a qualidade da Escola Pública.

Somos todos profissionais de educação!

***A Presidente do STAAE-ZN
Dulce Cancela***

Publication

PISA 2022 Results

The State of Learning and Equity in Education

Volume I



PISA 2022: Portugal dá grande tombo em matemática e em leitura

De um modo geral, os resultados do PISA 2022 desceram devido ao impacto da Covid-19, de medidas de austeridade e da falta de recuperação de aprendizagens. Portugal deu um grande tombo em literacia matemática (-21 pontos) e de leitura (-15 pontos) e tropeçou ainda na literacia científica (-7 pontos). Singapura, Japão e Coreia lideraram o top com Baku (Azerbaijão), Autoridade Palestiniana e Kosovo no fundo da tabela. Para combater disparidades a longo prazo nos resultados dos alunos em termos de género e de desigualdades, as estratégias de recuperação continuam a ser essenciais.

Quatro anos após o PISA 2018, a OCDE divulgou hoje (5 de dezembro de 2023) a nível global os resultados do Programa de Avaliação Internacional dos Alunos – PISA 2022, que mede a capacidade de os jovens de 15 anos utilizarem os seus conhecimentos e competências em leitura, matemática e ciências para enfrentarem desafios da vida real. Responderam 700 mil alunos, em 81 países/economias do mundo, representando um total de 29 milhões de estudantes.

Devido à pandemia, o habitual ciclo trianual do PISA prolongou-se por mais um ano, desta feita com a literacia da matemática como domínio principal. O relatório divide-se em dois volumes: o Volume 1, intitulado “O Estado da Aprendizagem e da Igualdade na Educação”, centra-se nas principais conclusões do PISA, incluindo os quadros principais que comparam o desempenho dos países nos três domínios com os resultados de 2018.

O Volume 2, de título “Aprendendo Durante – e da – Disrupção”, apresenta os dados completos que fundamentam as recomendações políticas da OCDE. Dele fazem parte sete capítulos, desde o capítulo um “Sistemas Educativos Resilientes” até ao capítulo sete, que analisa o caminho entre a data e os conhecimentos.

No PISA 2022, Portugal obteve um desempenho de 472 pontos em matemática (-20.6 que em 2018), 477 em leitura (-15.2 que em 2018) e 484 em ciências (-7.3 que em 2018), sendo a média da OCDE respetivamente 472, 476 e 485. A média da OCDE em 2018 foi de 487 em leitura e 489 em matemática e em ciências. O contexto socioeconómico continua a ter uma influência muito significativa no desempenho dos alunos portugueses nos três domínios.

Se atentarmos num período de 10 anos (entre 2012 a 2022) Portugal desceu -14.6 em literacia matemática, -12.8 em leitura e -7.3 em ciências.



Disparidades económicas e de género persistem

O desempenho em matemática diminuiu nos países com um desempenho acima da média da OCDE, com exceção de Singapura, Taipé, Japão e Coreia. O desempenho em todos os países da média da OCDE está igualmente a diminuir. O desempenho nos países abaixo da média da OCDE também diminuiu, com exceção de Turquia, Brunei, Cazaquistão, Qatar, Panamá, Filipinas, Guatemala, República Dominicana, Paraguai e Camboja.

O desempenho em leitura nos países com um desempenho acima da média da OCDE diminuiu, com exceção do Japão, da Coreia, de Taipé e da Itália. O desempenho nos países que se situam na média da OCDE diminuiu, com exceção de Israel. De igual modo, o desempenho nos países abaixo da média da OCDE diminuiu, com exceção da Sérvia, do Uruguai, do Brunei, do Qatar, do Peru, da Guatemala, do Paraguai, da República Dominicana, das Filipinas e do Camboja.

O desempenho em ciências dos países com resultados acima da média da OCDE diminuiu, com exceção de Singapura, Japão, Macau, Taipé, Coreia, Hong Kong, Austrália, Irlanda, Suíça, República Checa, Letónia, Dinamarca e Áustria. O desempenho nos países da média da OCDE diminuiu igualmente, com exceção da Hungria, da Lituânia e da Croácia.

O desempenho nos países abaixo da média da OCDE diminuiu de igual modo, com exceção da Itália, Turquia, Malta, Israel, Sérvia, Brunei, Chile, Uruguai, Qatar, Roménia, Cazaquistão, Peru, Argentina, Arábia Saudita, Panamá, Geórgia, Guatemala, Paraguai e República Dominicana.

A média da OCDE caiu quase 14 pontos em literacia matemática e cerca de 10 em leitura, em comparação com o PISA 2018. As quedas sem precedentes em matemática e leitura apontam para o efeito de choque da Covid-19 na maioria dos países. Em verdade, a deterioração do desempenho em matemática entre 2018 e 2022 seguiu-se a uma década e meia de desempenho estável. Porém, as trajetórias já se tinham tornado negativas depois de 2012.

As disparidades socioeconómicas e de género nas lacunas de desempenho não se alteraram entre 2018 e 2022. E apenas quatro sistemas educativos, nomeadamente o Japão, a Coreia, a Lituânia e Taipé, podem ser considerados resilientes no que diz respeito ao desempenho em matemática, à equidade e ao bem-estar.

A OCDE apresenta dez ações que os países podem tomar para melhorar a resiliência dos sistemas educativos: 1. Evitar encerramentos de escolas prolongados; 2. Preparar os alunos para uma aprendizagem autónoma; 3. Construir bases sólidas para a aprendizagem e o bem-estar; 4. Limitar as distrações dos dispositivos digitais e 5. Reforçar as parcerias entre a escola e a família.

As outras cinco medidas são: 6. Atrasar a idade de seleção; 7. Fornecer apoio adicional aos alunos com dificuldades e reduzir a repetição de ano; 8. Assegurar pessoal e material adequados e de elevada qualidade; 9. Estabelecer as escolas como centros de interação social e 10. Combinar a autonomia da escola com mecanismos de controlo da qualidade.

Publication

PISA 2022 Results

Learning During – and From – Disruption

Volume II



Má recuperação na igualdade

No respeitante ao apoio dado por professores e escolas aos alunos portugueses Portugal ficou classificado em quatro importantes critérios acima da média da OCDE, obtendo uma percentagem de 83,3 de respondentes que afirmaram que nunca ou só poucas vezes tiveram problemas em encontrar alguém que os pudesse ajudar com o trabalho de casa.

Por outro lado, apenas cerca de 5% dos alunos portugueses reportaram terem sido expostos a bullying. No entanto, os alunos faltosos às aulas pontuaram 40 pontos abaixo dos seus colegas que frequentaram a escola com regularidade.

Entre 2018 e 2022, a percentagem de alunos em escolas cujo diretor comunicou que a aprendizagem é prejudicada por falta de pessoal docente aumentou em 58 países/economias, e em mais de 30 pontos percentuais na Austrália, Bélgica, Camboja, Chile, França, Guatemala, Letónia, Países Baixos, Polónia e Portugal.

Tal como a Áustria, Finlândia, França, Arábia Saudita ou a Suécia, Portugal revelou uma boa capacidade de recuperação em termos de bem-estar, mas não em termos de desempenho na literacia matemática ou na igualdade. Porém, o nosso país destacou-se na alimentação aos alunos, com uma grande ajuda das autarquias.

Em média, nos países da OCDE, 8,2% dos estudantes afirmaram não ter comido pelo menos uma vez por semana nos 30 dias anteriores, por não terem dinheiro suficiente para comprar comida. Três países registaram as percentagens mais baixas (menos de 3%) destes estudantes: Portugal (2,6%), Finlândia (2,7%) e Países Baixos (2,8%).

- [PISA 2022 - Volume 1](#)
- [PISA 2022 - Volume 2](#)

Consulte o Suplemento PISA 2022 do Jornal FNE com a análise detalhada a todo o relatório.





Comissão Europeia corta 50 por cento no diálogo social

A FNE participou em mais uma reunião plenária do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), em 14 de dezembro de 2023. O local escolhido foi um hotel na zona norte de Bruxelas, que reuniu um representante de cada país europeu, filiado no Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e na Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE), com a presença ativa da Comissão Europeia (CE).

De acordo com os Artigos 151.º-156.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), o Diálogo Social (DS) é uma componente essencial do modelo social europeu. Na verdade, ele permite aos parceiros sociais (representantes dos trabalhadores e representantes do patronato) contribuir ativamente, em reuni-

ões, projetos e acordos, para a conceção da política social e de emprego europeia.

É assim que os projetos no âmbito da educação e formação do CSEE, da EFEE e os seus projetos em parceria são financiados pela CE. O nascimento do processo do diálogo social de Val Duchess – castelo nos arredores de Bruxelas - foi iniciado em 31 de janeiro de 1985 pelo Presidente da Comissão Jacques Delors e, em 1986, o artigo 118º-B do **Ato Único Europeu** criou uma base jurídica para o desenvolvimento de um “diálogo social comunitário”, enriquecido pelo **Tratado de Amesterdão (1997)**, **Tratado de Lisboa (2009)** e, mais recentemente, pelo **Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017)**.

Val Duchesse foi o primeiro tema desta reunião em Bruxelas, porque o CSEE e a EFEE defendem a possibilidade de o diálogo social setorial na educação poder vir a ser alavancado, na próxima cimeira do DS que vai decorrer naquele castelo, em 31 de janeiro de 2024. Esta cimeira foi anunciada por Ursula von der Leyen em 13 de setembro deste ano e os sindicatos e empregadores europeus da educação esperam que ela faça do envolvimento dos parceiros setoriais uma verdadeira oportunidade.

Porém, a intervenção de Jitka Hrudova (CE) veio confirmar a intenção da Comissão em cortar metade do investimento no diálogo social setorial dos vários setores, incluindo o da educação. A justificação tem que ver com a redução de 55% nas emissões de carbono da União Europeia até 2030, onde entra o setor da aviação e, por consequência, as viagens de avião para reuniões.

Na prática, isto vai obrigar a uma nova operacionalização das três reuniões anuais do ESSDE, habitualmente em Bruxelas:

Grupo de Trabalho, Ensino Superior e do Plenário. Ficou assim determinado que as reuniões do Grupo de Trabalho terão metade dos participantes em presença e metade online, a reunião do ensino superior passará a ser completamente em formato digital e a do plenário totalmente presencial.

O ponto mais aguardado da reunião era sem dúvida a aprovação do Programa de Trabalho 2024 - 2026, com nove áreas temáticas principais:

1. Falta de professores e atratividade da profissão docente;
2. Reforçar o diálogo social em toda a Europa;
3. Digitalização e inovação na educação;
4. Promover a educação para a sustentabilidade ambiental;
5. Aumentar o investimento público numa educação e formação de qualidade;
6. Assegurar a saúde e a segurança no trabalho;
7. Promover culturas escolares democráticas, a igualdade e a inclusão na educação e formação;
8. Ensino superior e investigação;
9. Promover o estatuto e a atratividade da profissão no Ensino e Formação Profissional.



Depois de momentos de negociação de última hora, CSEE e EFEE aprovaram o documento, essencial para as pretensões de ambos e para a aprovação de financiamentos da CE naquele período de três anos.

Após o almoço, a grega Rena Psifidou (perita do [CEDEFOP](#)) apresentou os resultados do [projeto-piloto europeu](#) entre cinco países: ([europa.eu](#)), que avaliou em 2021 e 2022 a viabilidade de um inquérito pan-europeu a quatro segmentos: professores/formadores, tutores, diretores e alunos do ensino e formação profissional inicial.

A FNE representou o CSEE no Grupo Consultivo deste projeto.

A presença de Rena Psifidou nesta reunião teve ainda o objetivo de cativar os sindicatos europeus para levarem os seus países a participar no projeto pan-europeu, agora em fase de implantação (Cedefop/2023/OP/0005). O novo [projeto](#) vai incidir apenas no segmento do apoio ao desenvolvimento profissional de professores no ensino profissional.

A preparação e o teste do inquérito terão lugar entre o início de 2024 e o primeiro semestre de 2025.

A fase principal da recolha de dados/trabalho de campo está prevista para o ano letivo de 2025-2026.

Seguiu-se uma apresentação da CE sobre a publicação de 2023 do relatório da rede Eurydice sobre “Indicadores Estruturais de Monitorização dos Sistemas de Educação e Formação na Europa”, o próximo relatório sobre percursos alternativos para a profissão de professor e um novo quadro para a profissão docente.

O ponto seis da ordem de trabalhos dizia respeito à adoção e implementação de resultados em ações e investigação levadas a cabo em parceria.

Em primeiro lugar a apresentação do “Quadro de Ação sobre a Atratividade da Profissão Docente”, discutido e finalizado em Varsóvia, em 30-31 de janeiro de 2023, durante a conferência de encerramento do projeto conjunto, que deu origem ao excelente relatório “Attractiveness of the Teaching Profession – Towards a Framework of Action on the Attractiveness of the Teaching Profession through Social Dialogue in Education”, da autoria do Professor Howard Stevenson (Universidade de Nottingham) e de Alison L. Milner (Universidade de Aalborg).

Uma das ideias principais deste estudo é que, por norma, os governos seguem a via da atratividade através de políticas de recrutamento de docentes, mas deveriam seguir ao invés políticas de retenção com os professores existentes. O Comité do ESSDE (CSEE e EFEE) procederam de seguida à adoção do Quadro de Ação da Atratividade da Profissão Docente.

No último ponto da ordem de trabalhos os dois parceiros sociais fizeram uma apresentação exaustiva dos projetos a solo e comuns em curso e futuros, a começar pelo projeto "Parceiros Sociais Europeus da Educação na Promoção da Sustentabilidade Ambiental na Escola, na Aprendizagem, no Ensino e na Gestão Escolar", concluído em Bruxelas, em 15 de novembro de 2023.

Seguiu-se a atualização de informação sobre a candidatura dos projetos "APRES COVID-19" (CSEE) e "Escolas de Aprendizagem: Promovendo Modelos Eficazes de Gestão da Qualidade e da Inovação no Setor da Educação" (EFEE). Houve ainda ocasião para duas outras atualizações: sobre a ferramenta OiRA para o ensino superior com o apoio da EUOSHA (CSEE e EFEE) e a ação multisetorial sobre as "Diretrizes para Combater a Violência e o Assédio no Trabalho a Terceiros", de 2011.

O plenário terminou por volta das 16h30 de Bruxelas. A representação dos sindicatos portugueses da educação no diálogo setorial cabe à FNE, através de Joaquim Santos.





Professora em Budva, Montenegro: “Ajudem-nos, por favor!”

A FNE participou na II Visita Entre Pares do Projeto “As Escolas como Instituições de Aprendizagem – Parceiros Sociais Europeus na Educação Promovendo Modelos Eficazes de Gestão da Qualidade e da Inovação no Setor da Educação numa era Pós-Covid-19”, que decorreu em Budva, Montenegro, em 28 a 29 de novembro de 2023.

Trata-se de um projeto da Federação dos Empregadores Europeus da Educação (EFEE) e do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), em que a FNE faz parte do respetivo Grupo Consultivo, liderado na parte sindical por Leonardo Ebner.

O seminário foi muito rico e teve a participação dos parceiros sociais de Montenegro. Debateu-se o mapeamento da inovação em recursos e processos educativos locais na era pós-Covid-19, assim como a monitorização do impacto da referida inovação no contexto escolar. Neste particular abordaram-se novas práticas organizacionais e pedagógicas nas escolas e nas salas de aula, as condições de trabalho do pessoal educativo, o bem-estar dos professores, a governação colegial e o envolvimento dos parceiros sociais na tomada de decisões.



Do debate fez também parte a importância da aprendizagem baseada em competências.

A conclusão do debate é que é fundamental que os parceiros sociais no domínio da educação - empregadores e sindicatos - mantenham um sistema de acompanhamento das transformações em curso, a fim de determinar se e de que forma alcançam os resultados esperados.

Com este projeto, os parceiros sociais europeus na educação pretendem investigar, no contexto educativo, a forma como a inovação no contexto escolar é gerida, incluindo a medida em que eles e as partes interessadas essenciais estão envolvidos na gestão e no processo de tomada de decisões, bem como a forma como a implementação, o progresso e os resultados positivos são monitorizados e por quem.

Tal como em Portugal, os docentes e sindicatos de Montenegro tiveram um comportamento exemplar durante os tempos disruptivos da pandemia. A população do país ficou-lhes muito grata.

Sem espaço para inovação

Todavia, a visita a uma escola local do ensino básico no centro de Budva arruinou, por completo, todas as esperanças depositadas em temas como a transição digital ou a transição verde, novas formas de trabalho, de organização escolar e de condições docentes, muito mais no âmbito da transformação pedagógica ou da inovação.

A escola tinha três vezes a população escolar para que tinha sido construída, não tinha cantina nem máquinas com alimentos, nem computadores para meia turma trabalhar em conjunto. Não havia espaços de convívio para alunos, era muito pouco o apoio a alunos migrantes e imigrantes e, para cúmulo dos cúmulo, os professores eram obrigados a cumprir todos os procedimentos administrativos à mão, excluindo o recurso a computadores. Este último procedimento foi igualmente comprovado por participantes da Albânia, que acrescentaram ser um facto extensível a outros países dos balcãs, incluindo o seu.

Ademais, na hora de intervalo, os alunos saíam aos magotes pela escola fora, atravessando a rua para irem comprar alimentos e doçarias, a uma loja mesmo do outro lado do passeio da escola.

“Ajudem-nos, por favor!”, desabafou uma das professoras da escola, num momento de convívio com os participantes da visita entre pares.

Em tais condições de trabalho seria quase impossível haver sequer um ténue espaço para uma qualquer inovação pedagógica ou de organização da própria escola. Docentes, pessoal de apoio educativo e direção da escola lutavam, em cada dia, com dificuldades básicas, difíceis de ultrapassar.

A mensagem que a FNE e os outros participantes trouxeram de Budva é a da real importância do Diálogo Social, da união e da força de sindicatos e empregadores europeus da educação, no sentido de se criarem espaços onde a confiança nos docentes e nas escolas, o investimento, as condições de trabalho e de aprendizagem, a digitalização, a sustentabilidade e a inovação se possam desenvolver, num processo inclusivo, em paz, liberdade e em democracia.

A terceira e última visita entre pares deste projeto está marcada para os dias 16 e 17 de abril de 2024, em Budapeste, Hungria. A conferência final irá decorrer em outubro de 2025, em Bruxelas. O representante da FNE neste projeto é Joaquim Santos.



Os 3 alunos do 3º ciclo, à direita, também sonham com melhores condições.

Saúde e higiene menstrual: um direito humano negado a milhões de mulheres

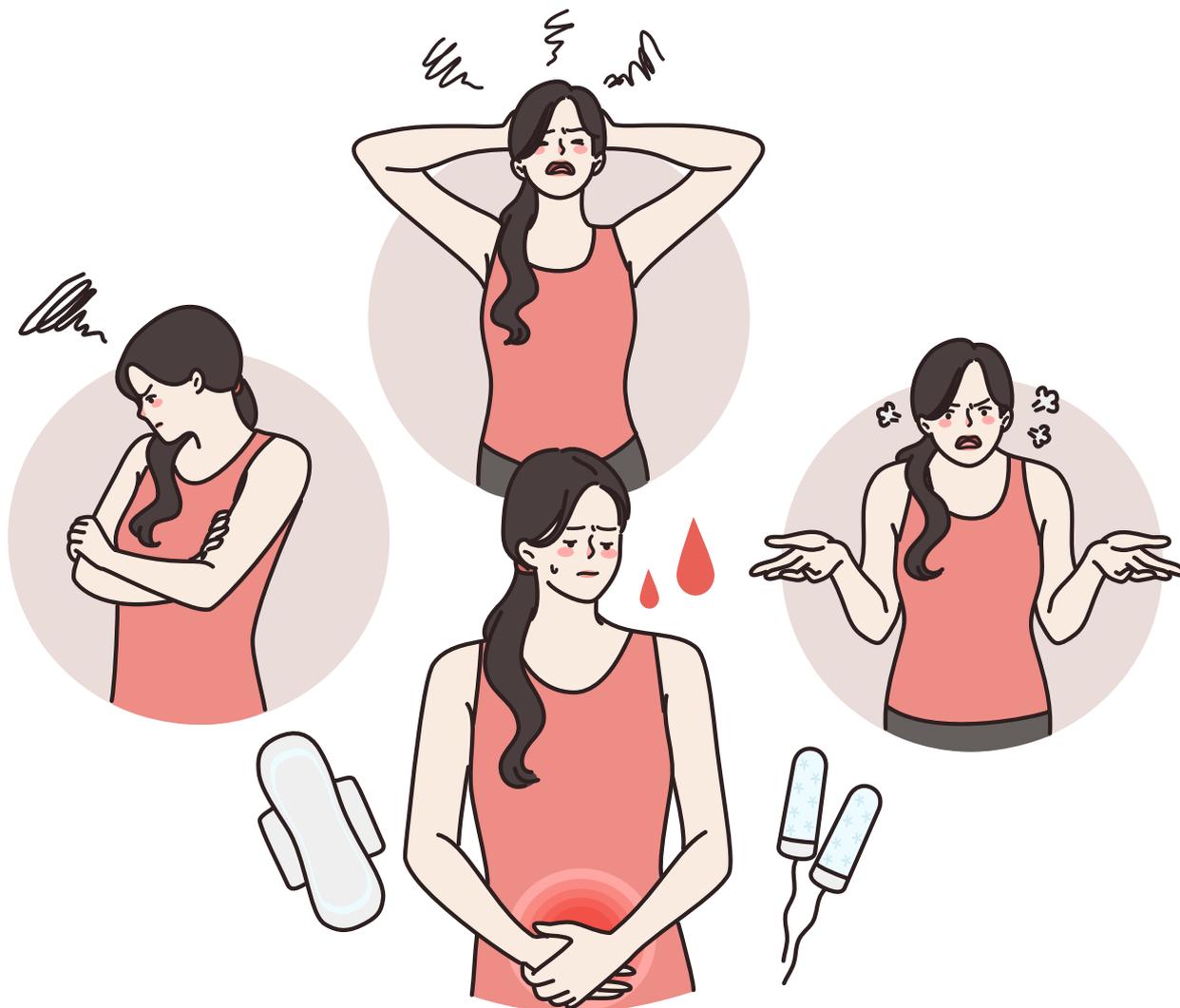
Há anos, na direção de uma turma de currículo alternativo, de uma escola do centro do Porto, eu era por vezes abordado por algumas jovens que me contavam que a Joana (nome fictício) estava com o período menstrual. Por norma, Joana não estava precavida e eu lá ia pedir a uma funcionária da escola que lhe arranjasse pensos higiénicos. Este procedimento durou alguns meses, até que Joana acabou por aprender a lidar com a situação.

Naquela altura ainda não tinha noção que a saúde e higiene menstrual era um direito humano negado a milhões de pessoas em todo o mundo e um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) urgente a ser cumprido, em muitas regiões do Planeta.

Na verdade, como defendem Elizabeth Villagomez e Deo Walusimbi no Forum Network da OCDE, de 1 de novembro de 2023, a saúde e a higiene menstrual são questões fundamentais para abordar os direitos básicos de milhares de milhões de jovens e adultos no presente. As necessidades não satisfeitas podem afetar a frequência e o desempenho escolar de muitas alunas. A educação sobre esta questão pode reduzir o assédio e a discriminação, tratando-se igualmente de uma questão ambiental importante.

Segundo dados da UNICEF, todos os meses 1,8 mil milhões de pessoas têm a sua menstruação. E muitas delas não têm recursos para a gerir de forma digna. A questão é transversal aos direitos das crianças, das pessoas não conformes com o género e das mulheres. A questão está rodeada por uma mistura complexa de desigualdade entre os sexos, normas sociais discriminatórias, tabus culturais, pobreza e falta de serviços básicos, como casas de banho seguras e produtos sanitários.





Uma abordagem holística

Esta mistura de circunstâncias - que pode diferir de país para país, mas tem os mesmos efeitos negativos -, pode fazer com que as necessidades de saúde menstrual e de gestão da higiene (SMGH) não sejam satisfeitas e tenham um impacto adicional nas raparigas e mulheres jovens em idade escolar, diminuindo as suas oportunidades educativas e a sua participação social. O impacto no ambiente pode também ser considerável.

Desde 2011 que a UNESCO estima que 10 a 20% dos dias de escola eram perdidos em todo o mundo devido à menstruação. Um estudo mais recente realizado na Índia concluiu que até um quarto das raparigas adolescentes declararam faltar à escola durante a menstruação. Outros estudos indicam que mais de metade das raparigas adolescentes ficam em casa durante a menstruação (Sudão do Sul), ou faltam de um a três dias de escola, o que tem um impacto muito negativo nas suas avaliações e atrasos escolares (Quénia).

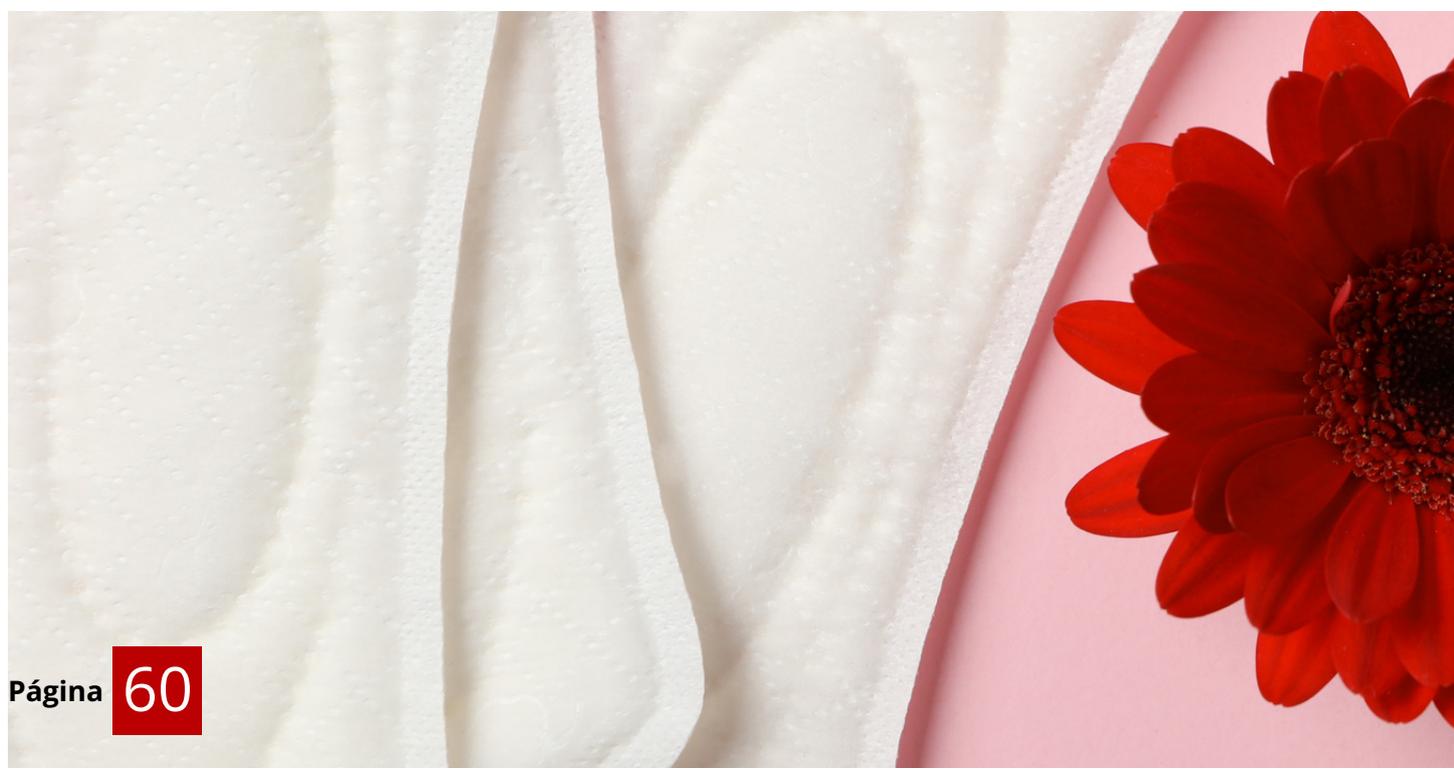
Villagomez e Walusimbi recordam que isto é ainda mais grave devido ao facto de apenas uma percentagem muito pequena de escolas oferecer uma educação significativa sobre saúde e higiene e de apenas uma percentagem muito pequena de raparigas ter conhecimento da menstruação antes do seu primeiro período (Bangladesh).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde/UNICEF, a gestão da higiene menstrual é definida do seguinte modo: "As mulheres e as adolescentes utilizam um material de gestão menstrual limpo para absorver ou recolher o sangue menstrual, que pode ser mudado em privacidade, utilizando água e sabão para lavar o corpo sempre que necessário e tendo acesso a instalações seguras e convenientes para eliminar os materiais de gestão menstrual usados. Elas compreendem os factos básicos relacionados com o ciclo menstrual e a forma de o gerir com dignidade e sem desconforto ou medo."

Tal como afirma o Relator Especial sobre os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento, no seu relatório sobre a Igualdade de Género, "uma má gestão da menstruação tem consequências de grande alcance para a sociedade no seu conjunto e a falta de conhecimento, tanto por parte dos homens como das mulheres, reforça os tabus sobre este tema".

Além disso, "as raparigas de todo o mundo crescem com a ideia de que a menstruação é algo que devem esconder e de que não devem falar, como um acontecimento embaraçoso associado à vergonha. Este poderoso estigma e tabu em torno da menstruação traduz-se no medo de verter ou manchar a roupa".

É, pois, necessária uma abordagem holística para cobrir todos os elementos que rodeiam a gestão da Saúde e Higiene Menstrual (SHM). Em 2021 foi criada a LIDEISA (LIDE Infnitive Skills Africa), uma empresa social sem fins lucrativos de desenvolvimento e educação, com o objetivo de oferecer educação holística de competências práticas e orientação de liderança a todas as pessoas com foco na juventude, sem discriminação, incluindo na área da SHM.



Mais confiante e orgulhosa

A LIDEISA trabalha para colmatar o fosso educativo entre os pobres e os ricos e orienta uma nova geração de líderes para a transformação das comunidades, com o objetivo de formar criadores de emprego em vez de candidatos a emprego. A LIDEISA dá prioridade à educação formal das raparigas, porque é um facilitador do desenvolvimento sustentável e porque o direito à educação desempenha um papel multiplicador. O foco está na educação das raparigas, porque elas enfrentam barreiras à sua educação todos os dias, incluindo os crescentes níveis de pobreza no Uganda e noutros países africanos.

A LIDEISA dá formação a rapazes e raparigas sobre higiene menstrual em Butambala, Uganda. Na sequência de uma campanha, uma jovem do 7º ano de uma escola básica do distrito de Butambala afirmou: "Aprendi a usar os pensos na perfeição sem que o sangue saia. Estou agora mais confiante e orgulhosa da menstruação do que antes, quando tinha de ficar em casa, à espera do fim do período para voltar à escola."

Uma sua colega revelou: "Nunca tinha tido uma conversa séria sobre a menstruação desde que a comecei a ter. Foi apresentada de uma forma divertida, para que todos nós a compreendamos e fiquei satisfeita por ver rapazes e professores a aprenderem o que nós passamos e a aprenderem formas de nos apoiar, especialmente na escola, em vez de nos intimidarem". Também aprendeu a colocar devidamente os pensos higiénicos reutilizáveis para "menstruar em segurança sem fugas de sangue".

Por conseguinte, é fundamental assegurar que os direitos das mulheres que menstruam sejam compreendidos como indo além do acesso a saneamento e higiene seguros, preços razoáveis e adequados, para incluir também a promoção do empoderamento das raparigas e das mulheres. Este aspeto está em consonância com o gozo do seu direito a ter e a fazer escolhas, a ter acesso a oportunidades e recursos e a ter o controlo das suas próprias vidas nos domínios privado e público - e precisa de todo o nosso apoio para ser alcançado.

Com OCDE





Cuidador

o seu papel na promoção
do envelhecimento saudável

LIVROBRANCO DIGITAL



Na linha reivindicativa da FNE para a MpD **Politécnico da Guarda apoia cuidadores informais**

O Instituto Politécnico da Guarda – IPG acaba de publicar o livro branco digital “Cuidador: o seu papel na promoção do envelhecimento saudável”, no âmbito do projeto europeu EducAGE, que integra um Laboratório Colaborativo nacional, uma Fundação em Espanha e universidades da Hungria e Chéquia.

O livro contém informações sobre técnicas e práticas centradas na deteção, retardamento e gestão de declínios físicos e cognitivos significativos e visa melhorar as competências dos cuidadores informais, na linha apontada pela FNE em processo negocial próprio e na sua Resolução “Por um regime justo e com regras claras de Mobilidade por Doença (MpD) – Exigimos a alteração do DL 41/2022”, aprovada por unanimidade e aclamação em reunião do seu Conselho Geral de Coimbra, em 25 de novembro de 2023.

No seu terceiro parágrafo, a Resolução apela ao respeito e à dignidade pelos docentes portadores de doença / incapacidade grave e “por todos aqueles que desempenham a função de cuidadores, nos quais o impacto profissional e social dessa condição é de considerável relevo, não podendo ser ignorado”.

A FNE tem liderado em Portugal a luta dos professores em MpD, ou que a ela aspiram justificadamente, sendo de que, com esse propósito, e entre outras ações, político-sindicais, ter levado a cabo uma concentração de educadores, professores e dirigentes sindicais em frente ao Ministério da Educação, em 21 de julho do corrente ano. De referir que cerca de sete mil docentes requerem a MpD por ano letivo, sendo seis mil desses admitidos e apenas um pouco mais de quatro mil colocados. Metade ou mais de metade das vagas ficam por vezes por ocupar.

Melhorar as competências dos cuidadores

O projeto EducAGE pretende melhorar as competências dos cuidadores que apoiam idosos, rumo à implementação de estratégias de Envelhecimento Saudável, com base na transformação digital, na formação profissional dos cuidadores e no seu trabalho quotidiano. Nesse sentido, foram desenvolvidos conteúdos de qualidade e ferramentas com base em políticas e recomendações mundiais. O contexto nacional e regional foi também considerado com o objetivo de aumentar a adesão e motivação dos cuidadores.

Segundo Carolina Vila-Chã, docente do IPG responsável pela coordenação internacional do projeto EducAGE, “a equipa analisou e compilou as recomendações atuais da Organização Mundial da Saúde sobre Cuidados Integrados para Pessoas Idosas e refletiu-as no livro digital”.

O livro aborda três temas principais: o declínio das capacidades intrínsecas e funcionais, que inclui a perda funcional e de mobilidade, a má nutrição e as deficiências cognitivas e de saúde mental; as síndromes geriátricas associadas à dependência de cuidados, incluindo o risco de queda, doenças crónicas, incontinência urinária, lesões da pele e úlceras de pressão; e, finalmente, as intervenções que apoiam a prestação de cuidados e previnem a sobrecarga do cuidador.

Em cada capítulo, o leitor tem acesso a um resumo das recomendações mais importantes, a dicas e a fontes adicionais de informação fiável através de websites, vídeos do YouTube, questionários, listas de verificação e exercícios práticos. Para além da língua inglesa, o livro foi traduzido e adaptado ao contexto dos países parceiros do projeto.

O projeto EducAGE é co-financiado em cerca de 300 mil euros pela União Europeia, através do programa ERASMUS+ (k220). “O projeto implementa um conjunto de materiais e ferramentas TIC que são facilmente utilizados para melhorarem as competências dos cuidadores e para promover o envelhecimento saudável”, afirma Carolina Vila-Chã. “Irá também desenvolver novas linhas de investigação sobre a aplicação de tecnologias disruptivas, como jogos sérios, robôs de assistência social ou análise de sinais cerebrais para promover o envelhecimento saudável através da estimulação física, cognitiva e socioemocional das pessoas mais idosas.”

O livro está disponível na página do projeto através do seguinte link: <https://educage-project.eu/pt/dwp-pt/> e o leitor pode consultar individualmente cada um dos capítulos do livro digital.



FELIZ NATAL

e um próspero ano novo



Tempos de novos desafios. E tempos de mudança. No novo ano que está a chegar, vamos encontrar caminhos para uma sociedade melhor, mais justa, mais humana e com políticas em que a educação seja valorizada e assumida como prioridade.

Mas todos precisamos ser agentes dessa mudança, participando na vida pública, exigindo mais dos representantes políticos e apoiando as organizações que trabalham para a promoção da educação, justiça social e da defesa do ambiente.

2024 traz a hora de agir em novos tempos.

FICHA TÉCNICA | DEZEMBRO 2023

Proprietário

Federação Nacional da Educação

Diretor

Pedro Barreiros

Produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado

Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro

Mário Jorge

Redação

Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação

Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas